

PREVALÊNCIA, PERFIL E FATORES ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO ENTRE ESTUDANTES EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Daniella Paternostro de Araújo GRISÓLIA

GRISÓLIA, Daniella Paternostro de Araújo. **Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação entre estudantes em um centro universitário da região amazônica.** Projeto de investigação científica, do Curso de Farmácia – Centro Universitário Fibra, Belém, 2021.

A automedicação difundiu-se no mundo, tornando-se um problema de saúde pública. Caracteriza-se pela iniciativa do indivíduo doente, ou de seu responsável, de consumir medicamentos sem o aconselhamento e/ou acompanhamento de um profissional de saúde qualificado, um médico ou odontólogo. Também a reutilização de prescrição médica antiga é considerada automedicação (QUINCHO-LOPEZ *et al.*, 2021). No Brasil, essa prática constitui um problema de saúde pública, pois equivale a 35% do consumo total de medicamentos, ocasionando em aproximadamente 20 mil mortes anualmente (ANVISA, 2021) e deve-se à facilidade de medicamentos vendidos sem receita médica, ao marketing farmacêutico, à falta de

acesso, à demora e baixa qualidade do atendimento nos serviços de saúde e à indicação de familiares e amigos (GALATO *et al.*, 2012; PEREIRA *et al.*, 2013). A Política Nacional de Medicamento estabelece que a produção e a venda de medicamentos devem enquadrar-se em um conjunto de normas (leis, regulamentos e outros instrumentos legais) direcionadas para garantir a eficácia, a segurança e a qualidade dos produtos (BRASIL, 2019). Essa necessidade torna-se ainda mais significativa na medida em que o mercado farmacêutico brasileiro até 2018 ocupava a 6ª posição de maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França, segundo um levantamento realizado pela empresa IQVIA (INTERFARMA, 2019). De acordo com a World Health Organization (WHO) (2000), a automedicação deve ser entendida como um dos elementos do autocuidado. A automedicação possui diversas vantagens e benefícios quando praticada de forma responsável e consciente, mas sempre com informações e conhecimentos sobre os medicamentos a serem utilizados, tendo sempre ajuda de profissionais habilitados (MORAIS, 2011). O profissional farmacêutico é imprescindível em diversos pontos relacionados à automedicação como a transmissão de

informações de forma racional acerca dos riscos e aplicações da prática, atentando-se para a qualidade, eficácia e segurança do medicamento, inclusive considerando-se a possibilidade de possíveis interações medicamentosas e reações adversas (DA SILVA; QUINTILIO, 2021). No Brasil, a automedicação é aconselhada quando é acompanhada de orientações de um farmacêutico, além de poder ser realizada apenas com os medicamentos isentos de prescrição (MIP). A automedicação, quando ocorre dessa maneira, passa a ser conhecida como automedicação responsável (MARQUES, 2008), podendo representar economia ao indivíduo e ao sistema de saúde como um todo, evitando, muitas vezes, o colapso do sistema de saúde pública, pelo atendimento a casos transitórios ou de menor urgência e gravidade. Entretanto, a automedicação realizada de forma indiscriminada é extremamente perigosa e inaceitável por poder mascarar e/ou agravar doenças e até mesmo estar relacionada ao surgimento de uma nova doença ou complicação na saúde do indivíduo (PELICIONI, 2005). Problemas como erro no diagnóstico de doenças, utilização de sobredose ou de superdose, surgimento de graves efeitos indesejáveis, interações medicamentosas e

reações alérgicas podem ser potencializados com prática da automedicação (WHO, 2000). Segundo Arrais e colaboradores (2016), a automedicação no Brasil é praticada principalmente por mulheres e indivíduos entre 20 e 39 anos, que utilizam analgésicos, relaxantes musculares e anti-inflamatórios ou antirreumáticos, contendo dipirona, associação em dose fixa de cafeína-orfenadrina-dipirona e paracetamol. Além disso, puderam concluir que a escolha dos medicamentos é baseada principalmente na recomendação de pessoas leigas (51%), sendo também relevante a influência de prescrições anteriores (40%). Alguns trabalhos realizados em grandes centros urbanos brasileiros apontam que a automedicação é frequente entre estudantes (SANTOS *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2014). Um estudo realizado entre graduandos de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas constatou que 89,0% dos entrevistados afirmaram se automedicarem, considerando ambos os sexos (feminino, 162 (93,0%), masculino, 56 (84,5)), além disso, a classe de medicamentos mais utilizada foi a dos analgésicos (206 (58,7%)) (DAMASCENO *et al.*, 2007). Apesar de diversos estudos comprovarem a frequência da prática de automedicação entre estudantes brasileiros, há

poucos estudos que comprovem a magnitude do fenômeno na região Norte. As dimensões geográficas, a limitação de acesso aos serviços de saúde, a influência da cultura indígena nos hábitos da população, especialmente no que tange ao uso de plantas medicinais, são aspectos muito peculiares, que podem influenciar a prática de automedicação (DEBOURGH & PRION, 2012). Estudos relatados na literatura demonstram taxas de prevalência, que variam de 38,0% a 97,8%, de acordo com o país de origem dos estudantes, do curso de graduação e do período recordativo da automedicação (AL HUSSAINI; MUSTAFA; ALI, 2014 apud GAMA; SECOLI, 2017, p. 2; EHIGIATOR *et al.*, 2013 apud GAMA; SECOLI, 2017, p. 2). Em pesquisa realizada entre graduandos de diferentes áreas da formação acadêmica da Universidade do Sul de Santa Catarina, constatou-se que 330 (96,5%) alunos já realizaram essa prática (GALATO; MADALENA; PEREIRA, 2012). Em uma instituição privada do sul do estado de Minas Gerais, 697 (93,11%), alunos da área da saúde se automedicavam (SILVA *et al.*, 2011). Entre os estudantes de medicina da Universidade de Ribeirão Preto, 92% praticavam a automedicação (SILVA *et al.*, 2012) assim como, na Universidade Federal de Alfenas,

222 (90,6%) dos discentes dos cursos de enfermagem, farmácia e odontologia realizavam essa prática (DAMASCENO *et al.*, 2007). Considerando a automedicação como um problema de saúde pública e uma prática bastante comum entre os universitários, o presente estudo teve como objetivo avaliar a prevalência, o perfil e os fatores associados à automedicação entre os estudantes de graduação de dos cursos História, Geografia, Direito, Serviço Social, Administração, Letras, Psicologia e Pedagogia do Centro Universitário Fibrá. Trata-se de uma pesquisa observacional, com delineamento transversal que contou com a participação de 55 sujeitos de ambos os sexos, maiores de idade. Os dados foram obtidos por meio de um questionário semiestruturado disponibilizado por meio da plataforma online Google Forms. O questionário contou com 17 questões, divididas entre dados pessoais, socioeconômicos e informações relacionadas à vida acadêmica e prática de automedicação. Foram utilizados como critério de inclusão: possuir faixa etária igual ou superior a 18 anos e ser estudante matriculado no Centro Universitário Fibrá. Foram excluídos os participantes que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE). O estudo, respeitando as normas éticas previstas na Declaração de Helsinque, no Código de Ética de Nuremberg e na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Fibra e obteve aprovação com número de parecer 4.299.722. Foram coletadas 94 respostas, das quais, apenas 55 se encaixavam nos critérios para inclusão na pesquisa. Percebeu-se uma prevalência de participação dos cursos de Direito (44%), seguida de Pedagogia (29%) e Letras (11%). Os semestres cursados pelos alunos foram variados do primeiro ao décimo, tendo uma maior adesão a responder o questionário os discentes dos primeiros semestres. Observou-se maior quantitativo de estudantes do sexo feminino (77%). Também foi maior a presença entre as idades de 18 a 25 anos (78%). Em relação à situação conjugal, houve um maior número de automedicação entre os solteiros (85%), seguido dos divorciados (20%). Quanto à renda mensal, 46% dos participantes afirmaram não possuir renda mensal e 22% alegaram possuir uma renda mensal de um salário mínimo. A grande maioria relatou residir com familiares (93%). Segundo dados no Censo de Educação Superior coletados

pelo INEP, as mulheres representam a maioria dos estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições públicas e privadas (BRASIL, 2020), relacionando-se assim ao número mais elevado de participantes do sexo feminino no estudo. Na pesquisa de Tarley *et al.* (2018), 81,5% de participantes eram do sexo feminino. Dados semelhantes foram descritos por Domingues *et al.* (2017) e por Silva (2014) nos seus trabalhos com 80,3% e 83,8% de participantes do sexo feminino, respectivamente. O estudo de Xavier e Silva (2021) mostra que mais de 50% dos participantes disseram morar com familiares e tinham uma renda familiar predominante de 1 a 2 salários mínimos (35%). O presente trabalho mostra que a maioria dos alunos não possui renda (46%), seguida de 1 (22%) e de 1 a 2 salários mínimos (19%). É perceptível que, apesar do número amostral relativamente pequeno, quando comparados a outros perfis sociodemográficos dominantes, encontram-se características proporcionais. Foi possível observar uma porcentagem consideravelmente alta (76%) de alunos que afirmaram possuir algum Plano de saúde. Ressalta-se que o acesso a uma assistência médica com mais facilidade não implica necessariamente melhores condições de

saúde e qualidade de vida, já que os hábitos inadequados, falha na dispensação, junto a uma automedicação irracional, podem propiciar tratamentos ineficazes. Quanto às informações relacionadas ao uso de medicamentos sem orientação de profissionais qualificados, os fármacos relatados foram divididos de acordo com a classe medicamentosa. Os medicamentos pertencentes ao grupo dos analgésicos (22%), seguidos dos anti-inflamatórios (12%), foram os mais mencionados. Muitos alegaram o uso de mais de um fármaco. Quanto ao motivo do uso desses medicamentos, entre as respostas mais obtidas, estão a alegação de conhecimento da ação do medicamento e a falta de tempo para ir ao médico. Quanto aos tipos de sintomas que levariam o participante a fazer uso de medicamentos sem orientação profissional, destacou-se que 52,63% das respostas apresentavam cefaleia. As dores foram o principal fator desencadeante para que os estudantes universitários realizassem a automedicação. Em relação à classe dos medicamentos, os dados foram dentro do esperado. Estudos realizados por pesquisadores em Santa Catarina (87,7%), Manaus (70,0% e 78,3%) e Piauí (95,71%) obtiveram como a principal classe consumida na automedicação os analgésicos (IURAS *et*

al., 2016; GALATO, 2012; FREITAS *et al.*, 2017). O uso elevado dessa classe pelos estudantes da presente pesquisa pode explicar-se pelo fato de serem medicamentos isentos de prescrição, possuírem ação rápida para alívio de dores, serem de baixo custo e fácil acesso, tornando-se preferenciais a pessoas com pouco tempo para irem a consultas médicas, que procuram um atendimento apenas quando os sintomas se agravam (LIMA *et al.*, 2022). Foram analisadas 45 respostas relativas a sintomas de desconforto após a automedicação. Apenas 8 participantes alegaram sentir desconfortos, sendo eles náuseas, taquicardia e tontura. Os demais afirmaram não sentir ou não lembrar. Para o requisito “Você já indicou medicamentos para terceiros? Se sim, quais?”, observou-se que 51% dos participantes já terem indicado analgésicos. Na pesquisa de Lima *et al.* (2022), uma das variáveis que se manteve associada à automedicação também foi a prática da indicação de medicamentos a terceiros, destacando que o comportamento de se automedicar entre os estudantes vai além do hábito e risco individual, uma vez que oferece risco a terceiros. Sobre a pergunta referente à compra de um medicamento na farmácia comercial e à procura de

orientação de um farmacêutico, apenas 5 das 31 respostas disseram não recorrer ao profissional e 26 relataram buscar essa orientação. Em relação ao que uso de medicamentos influenciados por propagandas, obtiveram-se 24 respostas, sendo 13 negativas, afirmando a não influência, e 11 positivas, alegando serem influenciados em algum momento. De acordo com a pergunta referente à leitura da bula, 54% dos participantes negaram o hábito de ler a bula e 46% afirmaram realizar a leitura. Na pesquisa realizada por Albuquerque *et al.* (2015), observou-se um total de 83,9% de estudantes afirmando ter o hábito de ler a bula. Dado esse também apresentado no trabalho de Neto *et al.* (2006) e Moraes *et al.* (2015), em que 86,52% e 85,4% dos estudantes, respectivamente, disseram recorrer a informações presentes na bula. De acordo com Rodrigues e Pereira (2016), 72,4% dos discentes tinham o hábito de leitura da bula. No trabalho de Gama e Secoli (2017), foi relatado que 63,6% dos estudantes liam a bula para buscar informações, 13,6% informavam-se por meio da conversa e orientação de profissionais da saúde e 12,5% por meio de propagandas midiáticas e internet. O estudo de Narciso (2013) apresentou uma porcentagem menor em relação às outras,

mostrando que apenas 35,3% dos participantes liam a bula, mas 44,3% buscavam instruções com o farmacêutico ou com os demais profissionais de saúde e 15% alegaram não buscar nenhuma informação. Na presente pesquisa, percebeu-se que 54% informaram não buscar informações na bula. No entanto, quanto à busca por orientação farmacêutica, 83,87% afirmaram recorrer ao profissional. Em relação à busca por orientação, é cada vez mais perceptível o poder de influência que a internet e as propagandas midiáticas trazem para a sociedade, fato esse diretamente ligado com o poder de indução de compra gerado por comerciais e propagandas. Na indústria farmacêutica, o marketing realizado interfere muitas vezes na escolha do medicamento, podendo gerar tratamento inadequado, uso desnecessário e uma automedicação sem responsabilidade. A análise das respostas em relação à influência de propagandas no uso de medicamentos mostra que 54,17% participantes disseram não serem influenciados por propagandas de medicamentos e 45,83% afirmaram já terem sido influenciados. Da Silva Dutra (2019) diz que existem fatores diretamente ligados e que podem intensificar a prática da automedicação como a facilidade de acesso aos fármacos, a introdução

frequente de novos medicamentos no mercado, fácil acesso aos medicamentos isentos de prescrição (MIP) e grande quantidade de propagandas. No trabalho de Rodrigues (2015), é relatado que a dificuldade de acesso aos serviços de saúde na rede pública, as longas esperas e agendamentos demorados causam aos usuários diversas frustrações, conseqüentemente, para o alívio de sintomas mais rápido, as pessoas buscam na automedicação uma alternativa que amenize o estado patológico. No estudo de Ribeiro (2010), destaca-se a afirmação de que a automedicação tem implicações econômicas, políticas, éticas, socioculturais e principalmente clínicas. Tais fatores levantam questões relevantes relacionadas ao uso racional dos medicamentos, a educação, a saúde e os direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Para solucionar o problema da automedicação, devem-se ampliar as práticas educativas com o uso adequado dos medicamentos e conscientizar a população sobre os danos que um medicamento usado de forma irracional pode causar à saúde dele próprio, gerando também gastos para o sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **COMUNICADO GGMON 003/2021: Notificação de eventos adversos a medicamentos.** 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-alerta-para-riscos-do-uso-indiscriminado-de-medicamentos/20213103_comunicado_ggmon_003_2021.pdf>

ARRAIS PSD, FERNANDES MEP, DA SILVA DAL PIZZOL T, RAMOS LR, MENGUE SS, LUIZA VL, et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev Saúde Pública**, v.50, supl. 2:5s-7s. 2016.

ARRAIS PSD, COELHO HLL, BATISTA MCDS, CARVALHO ML, RIGHI RE, ARNAU JM. Perfil da automedicação no Brasil. **Rev Saúde Pública**;v. 31, n.1:76. 1997.

CHAVES ACTA, ALVES LA, ROCHA MNC, SOUZA MNR., CHAVES VTA, PEREIRA WSS. Perfil de automedicação entre estudantes de enfermagem. **Revista Saúde.com**, v. 13 n.4: 2-8. 2007.

CRUZ SE, SILVA I, AUGUSTO V, COELHO A. Incidência da automedicação entre jovens universitários da área da

saúde e de humanas. **Revista Saúde UniToledo**, v. 3, n.1:02-12. 2019.

DAMASCENO, D. D.; TERRA, F. S.; ZANETTI, H. H. V.; D'ANDRÉA, E. D.; SILVA, H. L. R.; LEITE, J. A. Automedicação entre graduados de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. **Ver. Min. Enferm**, v. 11, n. 1, p. 49. 2007.

DEBOURGH GA, PRION SK. Patient safety manifesto: a professional imperative for prelicensure nursing education. **J Prof Nurs**. 2012.

FREITAS VP, MARQUES MS, DUARTE SFP. Automedicação em Universitários do curso de Graduação da área de Saúde em uma Instituição de Ensino Superior Privada em Vitória da Conquista. **Rev. Mult. Psic**, v. 11, n.39:25-37. 2017.

GALATO, D; MADALENA, J; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3323-3330. 2012.

GAMA ASM, SECOLI SR. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. **Rev. Gaúcha Enferm**, v. 38, n. 1: 2. 2017.

INTERFARMA. Guia 2019. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. Disponível em: <https://www.interfarma.org.br/biblioteca> . Acesso em: 25 de junho de 2022.

MARQUES, L.A.M. Atenção farmacêutica em distúrbios menores. 2a ed. São Paulo: **Medfarma**; 2008. p. 296.

MATOS, J. F.; PENA, D. A. C.; PARREIRA, M. P.; SANTOS, T. C.; COURA-VITAL, W. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cad. Saúde Colet.** v. 26, n. 1:78. 2018.

PASSOS MMB. **O uso de anti-inflamatório não esteróides como fator de risco para reações adversas do trato gastrointestinal alto em pacientes submetidos a endoscopia: um estudo caso-controle** [tese]. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2002.

PELICIONI, A.F. **Padrão de consumo de medicamentos em duas áreas da região metropolitana de São Paulo, 2001-2002** [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2005.

PENNA AB, BORGES CC, BATISTA RD, SIQUEIRA IMC. **Análise da Prática da Automedicação em**

universitários do Campus Magnus – Unipac – Barbacena, MG. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária [anais na internet] 2004 Set 12-15; Belo Horizonte, Brasil [acessado 16 Novembro de 2020].

PEREIRA JÚNIOR, A. D.; TELLES FILHO P. C. P.; AZEVEDO, D. S. S. Automedicação: consumo, orientação e conhecimento entre acadêmicos de enfermagem. **Rev Enferm UFPE on line**, v. 7:4473-4474. 2013.

QUINCHO-LOPEZ A.; BENITES-IBARRA C. A.; HILARIO-GOMEZ M. M.; QUIJANO-ESCATE R.; TAYPE-RONDAN A. Self-medication practices to prevent or manage COVID-19: A systematic review. **PLoS ONE**, v. 16, n. 11: e0259317. 2021.

SANTOS, B; SOUZA, L.G.; DELGADO, N.M.; TORRES, W. O. Incidência da automedicação em graduandos de Enfermagem. **J Health Sci Inst**, v. 30, n. 2:157-159. 2012.

SILVA, F. M.; GOULART, F. C.; LAZARINI, C. A. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de enfermagem. **Rev Eletr. Enferm**, v. 16, n. 3: 646-648. 2014.

SILVA, J. A; GOMES, A. L; OLIVEIRA, J. P. S; SASAKI, Y. A; MAIA, B. T. B; ABREU, B. M. Prevalência de automedicação e os fatores associados entre os usuários

de um Centro de Saúde Universitário. **Revista Brasileira de Clínica Médica**, v. 1, n. 11, p.27-30. 2013.

SILVA, L. A. F.; RODRIGUES, A. M. S. Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde. **Rev. Bras. Farm**, v. 95, n. 3, p. 961 – 975. 2014.

SILVA, P. V. C; SALVANA, P. M.C; BRANDÃO, J. O. C. **Automedicação: Uma prática realizada pelos profissionais de saúde**. 11 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biomedicina) - Universidade Tiradentes, Pernambuco. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication**. World Health Organization. 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Dpt. Of Essential Drugs and other Medicines. **The role of Pharmacist in selfcare-medication**. Disponível em http://www.who.int/medicines/library/docseng_from_a_to_z.shtml. Acesso em: 20 de junho de 2022.